

DO CAMPO À REFLEXÃO: ENTRE O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES DE DIAMANTE DO NORTE-PR.

Luís Gabriel Menten Mendoza

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista PIBIC/ CNPQ e integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO. E-mail: gabriel.mmendoza@gmail.com

O trabalho de campo.

Poderia, como em tantos outros trabalhos, negligenciar o trabalho de campo pelos indicadores já obtidos em outras pesquisas, pelos documentos oficiais e pela oficina de avaliação realizada no escritório do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) com o gestor responsável. A pesquisa está pronta, não haveria motivo para criar outras demandas, mas estar em campo e caminhar naquilo que então denominamos objeto de pesquisa trás a tona a realidade, requalifica os indicadores quantitativos, questiona as linhas escritas e (in)felizmente corrobora a pesquisa.

Assim retomo a centralidade do trabalho de campo, da caminhada, da conversa, da mirada e da escuta (irrompendo a paisagem sonora, agora como uma novidade). Dessa forma o trabalho de campo foi e seguirá sendo a sala de aula, onde se apreende e aplica as leituras, assim como a técnica, a representação e transversalmente, em todos os âmbitos, se apreende e aplica

crítica.

A andança no território.

Entre os dias 17 e 19 de maio estive na Estação Ecológica do Caiuá (EEC) e seus arredores, em Diamante do Norte, às margens do Paranapanema, na fronteira entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa rigorosa unidade de conservação foi



territorializada para “compensar” a área alagada pela construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Rosana. As áreas alagadas e compensadas, no entanto, quando justapostas causam um estranhamento de 11.618ha, foram inundados 2.089ha de matas e capoeiras e 10.979ha de terras agricultáveis, e a EEC tem uma área de 1449,48ha.

Paisagem a priori.

Ao passar por uma Estação Ecológica, que conserva em seu interior algo de mais “natural” do que encontramos no ambiente urbano, não há como não realizar bons registros de miradas à paisagem, seja na memória, seja por uma câmera. Esse tom de um espaço que imagetivamente torna-se convidativo não tem negativa a priori, em que pese a sua construção subjetiva determinada pela ausência de uma



O que se espera dessa natureza desapropriada?

relação real-material com a natureza. Com equipamento e funcionamento melhores possíveis frente as condições oferecidas, a EEC ressalta o belo para uma relação do ser-urbano-industrial com um natural embelezado. É o que nos há proporcionado a episteme hegemônica de natureza na sua face conservacionista.

A produção do espaço de Diamante do Norte é marcada por dois períodos recentes, que tenho chamado de **progresso** e **conservacionismo**, como complementares consequentes e inscritos na mesma perspectiva ambiental.

O território determina.

A construção da barragem, como um desígnio do progresso de alhures, que começa as operações na década de 1980, com alagamentos (antecipados) realizados em 1986-1987, que

obriga o deslocamento de 270 famílias e criaria uma nova territorialidade em toda a região. Esse impulso de produzir energia traduzia um momento de facilitação para o capital industrial se instalar em São Paulo. O resultado, foram hectares e mais hectares alagados, tanto no Paraná, como no Mato Grosso do Sul e também no estado de São Paulo, proponente executor das obras, através da CESP.

À jusante no tempo, a construção da barragem de Rosana, demonstra o que o negócio da energia e dos impactos ambientais designam. Construída pela empresa pública CESP (Companhia de Energética de São Paulo), hoje está nas mãos da companhia estrangeira DUKE Energy.

Na esteira do conservacionismo, as terras que foram eleitas para compensar os danos ambientais da construção da UHE, por sua parte na história, pertenciam a uma poderosa família que continua a possuir terras no entorno da Estação Ecológica, a Família Massi, e tinha a área da então UC, para caça, extração da madeira, pedreira, e parte da área já havia sido utilizada para as operações de construção da UHE. A pesquisa ainda quer dar conta de responder o quanto, como e porquê essa área, ou seja, inscrever essa família e seus bens na história, e a área da Estação na materialidade do solo. Já se sabe que a família só recebeu pela área depois de pleitear valores maiores, e maiores, em um processo que iniciou em 1987, com a desapropriação, e vai até 2003, quando a família recebe a indenização.

A andança pelo mato conservado proporciona a captação empirista que



Terras e gado da família Massi, “os portugueses”, no limite da Estação.

interessa tanto para esses relatos que a partir dela se desdobram as avaliações que se entrecruzam. A prosa, com os que ali constituem sua territorialidade, têm um papel essencial nessa reavaliação da aparência. As imagens tentam ilustrar o que a prosa reconstrói.

Ribeirão Diamante, na trilha da cachoeira que não há mais e uma nova territorialidade.



O findar de um curso d'água pode ser contato de várias formas. Uma nova territorialização também está associada a esse fim de relação.

Digo já para afastar de mim esse subjetivismo que me encrustam: em si mesmo as coisas não hão de se sustentar, até porque por si só, “naturalmente”, nada muda.

Se constrói um conservacionismo em uma área em que todos iam, porque era bonito, porque dava para tomar banho, mas quando se conserva (territorializa) não dá mais, ninguém vai mais lá. E além disso, nem sequer reconhecem que é o mesmo espaço. Quando perguntados se andaram pelas trilhas da Unidade de Conservação, pelo mato, respondem logo que não, até com certo medo. Mas antes, na cachoeira, todos banhavam; Antes, no rio, todos nadavam.



A prosa com os trabalhadores da empresa terceirizada (o nome da empresa é sacro como a segurança almeja ser, Deuseg), com os acampados do MASTER, com

os funcionários da EEC, indicam essa enxurrada de ideias sobre um ribeirão que não cai mais em um caminho que não se cruza.

A trilha, preserva o nome de cachoeira, o ribeirão, de Diamante. O diamante virou areia, as árvores não aguentam muito mais, e da cachoeira, só a memória.

Primeiros apontamentos sobre paisagem sonora (*soundscape*).

Cheguei na Estação no dia 17 de maio. Permanecia no ar um estrondo contraditório com o som do mato ao redor.

Um cicereiro que não havia escolhido isso, funcionário terceirizado, fazia a segurança da Estação e me recebeu. Trabalhar a noite e não poder dormir favorece a prosa, afinal a prosa ajuda a não dormir.

O estrondo era forte, perguntei sobre o ruído, a resposta foi rápida, as turbinas. Disse ainda que estavam calmas – na sexta-feira começam a fechar as comportas, energia gerada não se guarda, se transmite, água sim se guarda. Assim, o som também foi sendo guardado ao longo dos dias, deixei a Estação no domingo e o ruído já era bem menor.

Em campo escrevi: da sede da EEC é possível escutar as turbinas funcionando. Escuto, para além da queda d'água, um ruído de fundo, mecânico. A rodovia complementa a cantiga da noite. O som é contínuo e se divide em duas frequências, um que parece um avião, e outro mais agudo que lembra perfeitamente o som da tensão elétrica, esse pode ser do “linhão”.

Numa tal estação ecológica me perguntava - e os animais?

Das pessoas em movimento.





Frente às preocupações que o conservacionismo trás com a biota extra-humana, não poderia deixar de lado quem importa, a quem não permite que a natureza tenha valor em si mesma, as pessoas do entorno que ali vivem. Não estão dentro da Estação, e tampouco se permitem apropriar dela, mas pelos documentos estão em conflito. São acampados, 70 barracos, na beira da rodovia, em frente a uma Fazenda

Experimental da UEM.

A reivindicação deles é a mesma da que fez fundar o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) na década de 1960: Terra para nela cultivar; Reforma Agrária; Fim do latifúndio. A Ditadura Civil Militar tentou ceifar, literalmente, em vidas e organizacionalmente. Mas eles estão lá para dizer que as coisas mudaram para não mudar.



Esse espírito sem terra permanece, ademais, em todos os trabalhadores, também nos pequenos agricultores que se vêm expelidos do campo, como outro funcionário da empresa terceirizada, que economiza suas horas de sono para não abandonar o trabalho no campo e não deixa o trabalho de vigilante por 12 horas diárias para não abandonar o estômago.

Todos pescavam antes da barragem, antes da Estação. Hoje quem resiste pesca, os demais não. Mantenho uma insatisfação em não ter conseguido chegar a associação dos pescadores, por isso mesmo não tenho dúvida do retorno.



O progresso do contraditório conservacionismo.

Nessa amalgama que começo a reconhecer pelo desenvolvimento desigual e combinado do tempo e do espaço reconheço elementos contraditórios justapostos, convivendo discursivamente de forma harmoniosa. Alagamentos, geração de energia elétrica para indústria, e submissão de uma população com maior relação com a natureza a uma lógica de legitimação da atual ordem das coisas, estação ecológica vizinha de transgênicos, agrotóxicos, imensas pastagens que permanecem descobertas fazendo a areia ceifar a paisagem fundante de uma cachoeira.

O progresso fez chegar muitos desses expropriados, deu um sustento provisório, e tornou-se seu próprio alcoviteiro. O conservacionismo foi a cereja do bolo, apoia e organiza a limitação do acesso ao rio Paranapanema, agora represado e controlado.



Contraditórios e complementares o conservacionismo e o progresso nas águas do Paranapanema constroem a UHE de Rosana; para construí-la, o Estado, uma rodovia, uma pedreira, um local, um território e uma nova territorialidade; por construí-la, uma terra “conservada”, o recurso controlado, a natureza territorializada, da paisagem subjetivada, a energia vendida, os industriais agradecidos.

Sem eliminar a questão que está posta, mas entre o conservacionismo que distancia e a o latifúndio do progresso que esvazia, havemos de encontrar um canto no campo capaz de alimentar, de refugiar e de reconectar ao metabolismo que nos fizeram divorciado.

